



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

EMENDA Nº - CCJ
(Ao PLC nº 38, de 2016)

Acrescenta-se o art. 152 ao PLC nº 38 de 2016, renumerando-se os demais:

“Art. 152. O art. 1º da Lei 12.800 de 23 de abril de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII.”

“VIII – os empregados da Companhia de Eletricidade do Amapá, com vínculo empregatício mantido pelo contrato de trabalho em vigor até outubro de 1993, que tenham sido transformados em empregos públicos pela Lei nº 0268, de abril de 1996, do Estado do Amapá.....”(NR)

JUSTIFICATIVA

A Emenda Constitucional nº 79 de 2014, ao expressar o termo administração indireta, dispôs que a intenção do constituinte derivado foi de abranger todos os órgãos que integram a administração indireta, não deixando espaço para o legislador infraconstitucional dispor de forma diferente.

As empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais órgão da administração indireta dos ex-Territórios foram constituídos para fomentar o desenvolvimento da Região Amazônica, por motivo de relevante interesse público, em contexto de integração nacional e defesa de fronteiras.

Destaque-se que a apresentação desse dispositivo não altera em substância a finalidade da Medida Provisória nº 660 de 2014, transformada na lei nº 13.121 de 08 de maio de 2015, que alterou a Lei nº 12.800 de 23 de abril de 2013, mas tão somente, confere-lhe maior harmonia com o texto da Emenda constitucional nº 79 de 2014, que foi aprovada para resguardar os direitos dos servidores da administração direta e indireta dos





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador João Capiberibe

ex-Territórios Federais de Roraima, Amapá e Rondônia, bem como daqueles que trabalham no período de instalação desses Estados.

Sala das Comissões, 2016.

SENADOR João Capiberibe

PSB/AP



SF/16796.32755-58